

OLIGARQUIAS, CORONELISMO E NEOCORONELISMO NA REGIÃO DO CONTESTADO, EM SANTA CATARINA¹

Nilson Thomé²

A “Região do Contestado”, localizada no Centro-Oeste de Santa Catarina – hoje uma próspera área que corresponde a 1/4 do potencial sócio-econômico do Estado – conhecida por sediar a “Guerra do Contestado” (1913-1916), tem suas raízes históricas fincadas no Século XVIII, quando pertencia à Província de São Paulo. Até a antiga Comarca de Curitiba ser desmembrada de São Paulo, originando a Província do Paraná em 1853, reconhece-se que seus desbravadores foram os paulistas, povo que iniciou a ocupação do interior sulino do Brasil, após a abertura da “Estrada das Tropas” e, em seguida, das “Veredas das Missões”, ligando os campos produtores de gado do Sul ao centro comercial de Sorocaba em São Paulo. Os curitibanos e seus sucessores, os paranaenses, ambos também com raízes paulistas, dominaram a região até 1917, quando, por acordo interestadual, o território foi dividido e a Região do Contestado foi definitivamente anexada a Santa Catarina.

Durante o Século XIX, o espírito desbravador dos paulistas realizou no Sul o aldeamento dos indígenas, incentivou o surgimento das vilas pioneiras e, ao longo dos caminhos abertos, promoveu a instalação de pousos, currais e fazendas de criação de gado, fazendo desenvolver-se a atividade econômica do tropeirismo. Até a construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, em 1910, que veio a ligar Itararé (SP) a Santa

¹ Resumo de dissertação de mestrado **A Política no Contestado. Contribuição ao Estudo da Formação Política da Região do Contestado em Santa Catarina – da Proclamação da República à Redemocratização de 1946**. Universidade do Contestado. Caçador: 2001.

² Mestre em Educação, Professor de História do Contestado e de História de Santa Catarina na Universidade do Contestado, em Caçador (SC).

Maria (RS), no traçado de Ponta Grossa, União da Vitória, terras contestadas, Rio Uruguai e Passo Fundo, foram os tropeiros quem ligaram as zonas pastoris paranaenses de Guarapuava, Palmas, Vale do Iguaçu, São José dos Pinhais, Castro, Ponta Grossa, Palmeira e Lapa, mais as terras contestadas por Santa Catarina (em Curitiba, Campos Novos e Lages) e o Planalto do Rio Grande do Sul (Vacaria, Passo Fundo, Cruz Alta, Santa Maria e São Borja), a Sorocaba, onde anualmente aconteciam as grandes feiras de animais para revendas aos consumidores do Sudeste e do Centro do País.

Dos criatórios, os tropeiros subiam com as manadas de mulas e bois e, de Sorocaba, desciam com os indispensáveis sal, açúcar e café; levavam e traziam as cartas e recados; transmitiam as notícias e intercambiavam usos e costumes. Como os padrões culturais de São Paulo predominavam no Sul do Brasil, assim, para a Região do Contestado, praticamente tudo vinha dos paulistas, desde o modo de vestir aos hábitos alimentares e, inclusive, a religiosidade popular. O povo místico e messiânico do Contestado, por exemplo, acolheu durante muitos anos o monge sorocabano João Maria de Agostinho e aqui fez seu sucessor – João Maria de Jesus – que desapareceu, dizem, em Sorocaba.

Os fazendeiros dos campos e sertões da Região do Contestado, a maioria dos quais tinha suas origens no tropeirismo, com seus peões constituíram batalhões da Guarda Nacional para servir ao Império e, dele receberam a patente de “coronéis”, foram nomeados seus comandantes. Assim, todo o poder era concentrado nos poderosos fazendeiros-coronéis que administravam suas terras e, forçando o “voto-de-cabresto”, influenciavam a política nas vilas próximas e decidiam eleições regionais. O sistema coronelista regional, em parte influenciado pelo caudilhismo gaúcho, resultou do próprio ambiente e das condições de vida daquele tempo: falta de autoridade legal, isolamento dos centros urbanos civilizados e ausência de policiamento e justiça. O dono-da-fazenda, quase sempre, era chefe, intendente, comissário, juiz de paz, delegado e legislador, recebendo respeito de todos os subordinados.

Os fazendeiros da Região do Contestado dividiam-se entre o Partido Conservador, o Partido Liberal e o Partido Republicano. No tempo da Proclamação da República, antigos “conservadores” do Planalto Catarinense, capitaneados por uma parte da poderosa família Ramos (de Lages), com Vidal Ramos Júnior à frente, integraram-se ao Partido Republicano Catarinense - PRC, vindo a apoiar o primeiro Governador do Estado, Lauro Müller, enquanto que veteranos “liberais”, liderados pela família Costa e por Belizário Ramos (irmão de Vidal), mais os Rupp (de Campos Novos) e os Almeida (de Curitiba), mesmo também integrando o PRC, abriram dissidência no partido ao apoiar o burocrata Hercílio Luz, até então desconhecido no interior do Estado.

No Contestado, área pastoril onde predominava o coronelismo rural, sua representação política, que não era partidária, mas familiar, ao apoiar as alas “laurista” e “hercilibista” do Partido Republicano Catarinense, contribuiu para a formação das duas oligarquias estaduais que se revezariam no poder político central catarinense durante todo o Século XX. Este poder esteve nas mãos do grupo de Lauro Müller e Vidal Ramos Júnior até 1917, ano que marcou a ascensão da oligarquia Luz, esta caracterizada como uma corrente coronelista urbana, por ter surgido nas cidades do Litoral, em zona emergente industrial.

Iniciada a colonização das terras até então contestadas, com o surgimento de novas cidades e o advento da industrialização na região, também no Contestado ascendeu o coronelismo urbano, que predominava no Litoral. Significativa parte da nova população, principalmente os industriais e comerciantes da burguesia ítalo e teuto-brasileira, imigrada das colônias velhas rio-grandenses, apoiaram a oligarquia Luz, até porque esta era adversária dos fazendeiros da região. Com a morte de Hercílio Luz, substituíram-no, seu filho, Abelardo Luz, e seu secretário, Adolpho Konder, que mantiveram o comando desta ala do PRC e do poder estadual até a Revolução de 1930.

Pelo apoio a Getúlio Vargas, durante e depois da Revolução de 30, reapareceu a oligarquia Ramos, agora representada por Nereu Ramos, filho de Vidal Ramos Júnior, que se manteve no poder durante o Estado Novo até a metade do século, em determinado período apoiada por Aristiliano Ramos, filho de Belizário Ramos e primo de Nereu Ramos. Por seu turno, enquanto isolada e distante do poder, no época da Redemocratização de 1946, a oligarquia Luz-Konder tratou de projetar na política Irineu Bornhausen, sobrinho de Adolpho Konder. Assim, já o ano de 1950 marcou o retorno da oligarquia Luz-Konder-Bornhausen ao Palácio do Governo, situação que perdurou até 1960, quando aconteceu nova retomada do palácio pelos Ramos.

As oligarquias catarinenses se envolveram no desenvolvimento regional, cada qual favorecendo seus "currais eleitorais" municipais enquanto se revezavam no poder. O tempo de 20 anos pós-guerra, entre os dois reordenamentos partidários, o de 1946 e o de 1967, que foi marcado pela decadência e extinção do sistema coronelista brasileiro, mas, simultaneamente, de sobrevivência do poder do coronel e das oligarquias, coincidiu com o período de avanço do Estado rumo à industrialização e à urbanização, quando assistimos ao enraizamento de um novo fenômeno em Santa Catarina – o neocoronelismo – a partir das adaptações do coronelismo às mudanças de ordem política e econômica e das renovações físicas no interior das oligarquias. Os velhos coronéis começaram a dar lugar a filhos e sobrinhos, a parentes mais próximos ou a pessoas de suas relações de confiança, por negócios ou amizade.

À medida em que o desenvolvimento acelerou-se na metade do Século XX, fazendo nascer pequenos e médios empresários da indústria, do comércio e dos serviços, nas novas cidades da Região do Contestado registrou-se o fenômeno do surgimento de uma burguesia mais moderna que, na estratificação social situava-se entre a classe dominante (representada por uma minoria de "coronéis-de-roça" e "chefetes-de-aldeia" ligados às oligarquias) e a dominada (constituída por uma maioria de colonos, caboclos e operários, meros eleitores). Esta burguesia nova conciliava-se com as oligarquias catarinenses e a elas se atrelava passivamente, pois não objetivava questionar ou disputar o poder e, sim, aceitá-lo como existia para receber as benesses.

Iniciada no final do governo de Getúlio Vargas, em 1945, a redemocratização brasileira viabilizou o multipartidarismo, com o que se reproduziram também em Santa Catarina, além do PSD e da UDN, que reuniram as famílias oligarcas e a maioria dos novos burgueses, mais o PTB, o PDC, o PSP, o PRP e PL. A partir daí, a cada eleição, observava-se que os pequenos partidos buscavam escorar-se nos dois maiores e tendiam para coligações. Com isto, contribuíam para a sustentação e fortalecimento das oligarquias, agora com os irmãos Nereu e Celso Ramos de um lado (PSD) e as famílias Konder e Bornhausen do outro (UDN). Na prática política, os grupos oligárquicos

reunidos nos dois partidos dominantes, quando não faziam alianças entre si, buscavam coligações com os partidos menores, sempre objetivando a manutenção do poder, ainda que se sujeitando à alternância nele.

Em outubro de 1965, a ditadura militar promoveu a extinção dos partidos vigentes e instituiu o bipartidarismo no ano seguinte, quando então todos os políticos catarinenses tiveram que se alinhar em torno de duas únicas opções: a favor (Aliança Renovadora Nacional - ARENA) ou contra os militares (Movimento Democrático Brasileiro - MDB). No interior da ARENA, após 1967, as oligarquias estaduais conseguiram manter-se e se revezar no poder estadual, pois o fenômeno do neocoronelismo, já então evidente na esfera estadual, foi reproduzido e fortalecido nas bases municipais, com o papel do "neocoronel" sendo exercido pelas elites das burguesias dos antigos "currais", alinhadas à nova situação. A sede pelo poder no Estado e nos municípios levou os novos líderes oligarcas catarinenses e os neocoronéis municipais a uma variedade infinita de alianças, pactos e coligações partidárias, diferentes em cada uma das sucessivas eleições, sempre formadas para a promoção de determinadas pessoas, independentemente das siglas e das ideologias partidárias, estas últimas nunca levadas em consideração ou valorizadas.

Assim, as bases oligárquicas republicanas catarinenses, coronelistas em suas naturezas, plantadas no final do Século XIX por Lauro Müller e Hercílio Luz nos primeiros anos da República, resultaram em duas macro-oligarquias estaduais, sendo que a de Lauro Müller e Vidal Ramos Júnior predominou até 1917. A outra, que nasceu com Hercílio Luz e teve seqüência com Abelardo Luz e Adolfo Konder, esteve no poder até 1930. Depois da revolução getulista, voltou a predominar a oligarquia Ramos, representada pelos governadores do PSD, Nereu Ramos (1935-1945), Aderbal Ramos da Silva (1947-1950), Celso Ramos (1961-1965) e Ivo Silveira (1966-1971), mas esta teve seu poder-de-fogo diminuído consideravelmente a partir da morte de Nereu Ramos, perdendo expressão na fase neocoronelista e praticamente chegou ao fim com a aposentadoria política de Celso Ramos, após ele ter sido Senador (1967-1974). A oligarquia Luz, no primeiro momento apoiada por Belizário Ramos e Aristiliano Ramos, mantida por Adolfo Konder, seguiu adiante, liderada pelos governadores da UDN, Irineu Bornhausen (1951-1955), Jorge Lacerda (1956-1958) e Heriberto Hülse (1959-1960) e, recentemente, Vilson Kleinübing (1991-1994).

Com a extinção da ARENA, as duas oligarquias catarinenses uniram-se, em 1984, em torno do Partido Democrático Social - PDS. Este, reunindo antigos udenistas e pessedistas, rapidamente sentiu os efeitos da primeira dissidência. Liderada por Jorge Konder Bornhausen, que passou para o Partido da Frente Liberal - PFL. Ativa, agora como oligarquia Bornhausen, alcançou o final do Século XX sob a liderança de Jorge Konder Bornhausen, sucessor político da família Konder e do pai, Irineu Bornhausen, e eleito Governador indiretamente, sendo Senador duas vezes (1983-1990 e 1997-) e atual Presidente Nacional do PFL, tendo alçado na carreira política, para sucedê-lo, seu filho, Paulo Bornhausen, este que já foi eleito Deputado Federal e Deputado Estadual pelo PFL. Enquanto isto, o PDS, no vácuo da oligarquia Ramos, adotou a sigla PPR e depois mudou para Partido Progressista Brasileiro - PPB, sob o comando político de Esperidião Amin Helou Filho (Prefeito da Capital, Deputado Federal, Governador do Estado 1982-1986, Senador e, por último, reeleito Governador para a gestão 1999-

2002, pelo PPB, em coligação com o PFL, mais o PDT, o PSDB e o PTB). Foi em torno destes nomes – Bornhausen e Amin – e não das siglas partidárias, que se reestruturaram as bases políticas oligárquicas municipais na Região do Contestado.

Neste contexto, durante 100 anos reproduziu-se na Região do Contestado o modus vivendi político de a população cabrestada manter-se em atitude passiva diante das oligarquias-mores que se acostumaram ao mando, sem oposição suficiente para desafiá-las. A única vez que a população cabocla regional, com raízes luso-brasileiras e descendente também dos paulistas, tentou reagir ao coronelismo, foi quando da “Revolta do Contestado”, movimento que resultou em seu quase extermínio. Após isso, casos esporádicos ocorreram, apenas mais recentemente, quando vozes oposicionistas ligadas ao PMDB e ao PT superaram momentaneamente os conchavos palacianos dos neocoronéis nas articulações de candidaturas e coligações, sem, no entanto, ameaçar o poderio oligárquico que adentra este Século.